



QUESTÕES DE CORDIALIDADE EM “A BENFAZEJA”, UMA NARRATIVA DE JOÃO GUIMARÃES ROSA

QUESTIONS OF CORDIALITY, IN “A BENFAZEJA”, A NARRATIVE BY JOÃO GUIMARÃES ROSA

Luciene Pereira*

* lucienepereira0@hotmail.com

Doutora em Estudos Literários: Teoria da Literatura e Literatura Comparada (2012-2016), pela UFMG; Mestre em Estudos Literários: Teoria da Literatura (2009-2010), pela UFMG; Graduada em Letras: Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas (2005-2008), pela UNIMONTES. Professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal SEEDF desde 2013.

RESUMO: Neste artigo examina-se a narrativa “A Benfazeja”, do livro *Primeiras estórias*, de João Guimarães Rosa, investigando a sua contribuição para ilustrar aspectos pouco investigados acerca do conceito de cordialidade presente em *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda. Soma-se a essa análise uma leitura acerca das relações de poder elaboradas na narrativa, que permitem verificar uma ruptura com a representação dos ideais da família patriarcal engendrada pelo soterramento do modelo ideal, banimento do poder masculino e descharacterização do papel idealizado da mulher. Nota-se, por fim, como a negação da subjetividade feminina por parte do patriarcado está ainda presente na estrutura social brasileira e tem alimentado comportamentos misóginos. Por tais razões, considera-se que a narrativa consiste em metáfora das relações de poder entre democracia e patriarcado estabelecidas ainda hoje na sociedade e na democracia brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: cordialidade; patriarcado; misoginia; democracia; “A Benfazeja”; *Raízes do Brasil*.

ABSTRACT: This article examines the narrative “A Benfazeja”, in the book *Primeiras Estórias*, by João Guimarães Rosa, investigating his contribution to illustrate little investigated aspects about the concept of “cordiality” present in the book *Raízes do Brasil* by Sérgio Buarque de Holanda. In addition to this analysis, a reading about the power relations elaborated in the narrative, which allows us to verify a rupture with the representation of the ideals of the patriarchal family engendered by the burial of the ideal model, the banishment of masculine power and the characterization of the idealized role of the woman. It is noted, finally, how the denial of feminine subjectivity on the part of the patriarchy is still present in the Brazilian social structure and has fueled misogynist behavior. For these reasons, it is considered that the narrative consists of a metaphor of the power relations between democracy and patriarchy established even today in Brazilian society and democracy.

KEYWORDS: cordiality; Patriarchy; misogyny; democracy; “A Benfazeja”; *Raízes do Brasil*.

1- QUESTÕES DE CORDIALIDADE: “A MEIA-BONDADE MISTURADA COM MALDADE A MEIO”

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda (doravante SBH) descontrói a visão idealizada do homem cordial, fundamentada em bases psicologizantes, que celebra a bondade natural e a hospitalidade do homem brasileiro, proposta por Rui Ribeiro Couto em sua carta a Alfonso Reyes, e é capaz de revelar a ambiguidade inerente à cordialidade brasileira.

Nesse sentido, cinco anos após a escrita da referida carta pelo diplomata, SBH ofereceu ao conceito uma grande resposta. *Raízes do Brasil* tem o Capítulo V destinado à discussão em torno do homem cordial, não obstante, “a cordialidade’ transpassa o argumento do livro”, como bem pontuou Robert Wegner.¹

SBH relembra-nos que o homem cordial é dominado pelas emoções advindas do coração, lembre-se que tanto a palavra cordial quanto sua variação cordialidade são originárias do mesmo radical latino: *cor, cordis*. SBH diz ainda que “o coração é sede dos sentimentos, e não apenas dos bons sentimentos”.² Seguindo a raiz etimológica do conceito de cordialidade, pode-se lembrar do que nos diz o evangelista São Marcos, que já atentara para o fato de que “é do interior do coração do homem que procedem os maus pensamentos: devassidões, roubos, assassinatos, adultérios, cobiças, perversidades, fraudes, desonestidade, inveja, difamação, orgulho e insensatez”.³

Não corroborar as bases psicologizantes do pensamento de Ribeiro Couto é uma consequência dos parâmetros em que concebeu o conceito de homem cordial, tendo nele percebido “seus dois sentidos” que “coexistiram sempre”, haja vista que a cordialidade não lhe “parece virtude definitiva e cabal que tenha de prevalecer independentemente das circunstâncias mutáveis da nossa existência”.⁴ Holanda observa que:

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal.⁵

Muito embora o ensaísta enfatize que a cordialidade é uma característica inerente ao homem brasileiro, há de se considerar que esta não é uma afirmativa eivada de positividade. Schwarcz e Starling observam que a afirmação de SBH não se apresenta como “uma celebração”, pelo contrário, apresenta-se como um lamento acerca da “nossa difícil entrada na modernidade”, lamento seguido de uma reflexão crítica sobre essa condição.⁶

1. WEGNER. Um ensaio entre o passado e o futuro, p. 351.

2. HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 395.

3. BÍBLIA SAGRADA. N.T. *Marcos*, cap. 7, v. 21-22.

4. HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 395-396.

5. HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 160.

6. SCHWARCZ; STARLING. *Brasil: uma biografia*, p. 17.

O ensaísta explica que o vínculo constitutivo entre o homem cordial e o universo agrário está diretamente implicado na fundação de uma “civilização de raízes rurais” por parte dos portugueses no Brasil durante a colonização. Por essa razão, o autor abordará em *Raízes do Brasil* a contribuição da América Latina ao mundo com a fusão do homem ibérico, a nova terra e as raças primitivas. Para ele:

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. [...] É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependências delas.⁷

Por isso é tão contundente a afirmação de SBH de que o homem cordial subsiste enquanto forem subsistentes as condições que levaram à fundação da civilização brasileira sobre as raízes rurais. Deste modo:

com a progressiva urbanização, que não consiste apenas no desenvolvimento das metrópoles, mas ainda e sobretudo na incorporação de áreas cada vez mais extensas à esfera da influência metropolitana, o homem cordial se acha fadado provavelmente a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo. E às vezes receio sinceramente que já tenha gasto muita cera com esse pobre defunto.⁸

Note-se que a previsão do ensaísta é clara: findado o vínculo do homem brasileiro com o universo agrário, em virtude da modernização por que passará o país com a estruturação das cidades no final do século XIX, não haverá mais lugar possível para o homem cordial brasileiro. Tudo isso realmente ocorreria caso houvesse se concretizado a ruptura entre o Brasil e suas raízes agrárias; contudo, tal ruptura tanto não se efetivara à década de 30 do século vinte, quando SBH escreveu *Raízes do Brasil*, quanto não se efetivou hoje, quase oitenta anos após a publicação da primeira edição do seu ensaio e permanece ainda sem razoáveis expectativas. Não apenas subsiste o universo agrário com suas centenas de pequenos povoados e grandes propriedades rurais cujas formas de convívio, instituições e ideologias mantêm seus traços originários indelévels, como também subsistem as diversas formas pelas quais os ambientes urbanos e os fundamentos do Estado continuam a ser bombardeados pelos fundamentos personalistas tão peculiares à velha ordem colonial e patriarcal.

É pertinente a vinculação de SBH entre a baixa expectativa de entrada do país na civilização moderna e a revogação do universo agrário que dá sustentação à permanência do homem cordial. O que parece não proceder é a expectativa de revogação deste universo e a proscricção dessa figura tipológica do cenário social brasileiro.

7. HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 69.

8. HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 396.

Em seu prefácio a *Raízes do Brasil*, Cândido já havia também percebido que, para SBH,

o “homem cordial” não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas, não necessariamente sinceras nem profundas, que se opõem aos ritualismos da polidez. O “homem cordial” é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários.⁹

Schwarcz e Starling, ao revisitarem *Raízes do Brasil*, lamentam a confusão estabelecida na compreensão do conceito buarqueano, tal qual se revela no ensaio, afirmando que:

sua noção de “cordial”, na visão popular, tem sido castigada pelo juízo invertido. Foi reafirmada como um libelo das nossas relações cordiais, sim, mas cordiais no sentido de harmoniosas, sempre receptivas, e contrárias à violência, em vez de ser entendida a partir de seu sentido crítico – a nossa dificuldade de acionar as instâncias públicas.¹⁰

As autoras verificam que, muito ao contrário do que prognosticava SBH, de que o homem cordial já seria “um pobre defunto”, ele subsiste. Mesmo que estejamos quase 80 anos

depois da publicação de *Raízes do Brasil*, o livro “ainda oferece um instrumental crítico para entender o país, afinal, diagnóstica na cordialidade o traço definidor da nossa cultura e, no seu agente mais famoso – o homem cordial – um risco para a construção da vida democrática”.¹¹

Com efeito, para qualquer lugar que se volte, o homem cordial se faz presente, em múltiplas faces. Isso é o que, nos últimos anos, tem motivado a autora deste artigo a colocar esse conceito como chave de interpretação para as narrativas rosianas. Na tentativa de averiguar em que medida há no *corpus* analisado elementos daquilo que chamamos de uma poética da cordialidade, consideramos os seguintes fatores: i) a vinculação dos personagens rosianos ao ambiente agrário do sertão, que põe em evidência a constituição de uma narrativa que representa os afetos espontâneos que subjazem a esse vínculo; ii) a subjetividade dos personagens, informada no meio rural e patriarcal que dá ao sertão um tratamento poético, afetivo e estético; iii) uma nova forma narrativa, impulsionada pela representação de um “fundo emotivo extremamente rico e transbordante”¹² do *modus vivendi* dos sertanejos representados por Rosa; iv) a resistência dos personagens às normas sociais; v) a incapacidade dos personagens em submeterem-se a padrões externos de conduta; vi) a incompatibilidade com a noção de Estado e com o domínio de disposições universais e impessoais, bem como vii) a

9. CANDIDO. Prefácio, p. 245.

10. SCHWARCZ; STARLING. *Brasil: uma biografia*, p. 17.

11. SCHWARCZ; STARLING. *Brasil: uma biografia*.

12. HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 160.

impossibilidade de deslocar o centro de decisões de contato pessoal para instâncias públicas.

Na escrita da tese de Doutorado que deu origem a esta investigação, algumas narrativas rosianas já analisadas contribuíram para confirmar a hipótese de que é possível pensar em uma poética da cordialidade na escrita rosiana: “Sarapalha”, “Uma estória de amor”, “Famigerado”, “Os irmãos Dagobé”, “A hora e a vez de Augusto Matraga”, “Dão-Lalalão (O devente)”; *Grande Sertão: veredas*; “Jardins e riachinhos”. Neste artigo, analisaremos “A Benfazeja”, narrativa que integra a coletânea *Primeiras Estórias*.

2- UMA POÉTICA DA CORDIALIDADE: “NUM LUGAREJO, ÀS SOMBRAS FROUXAS...”

Para a análise que se propõe, considera-se que João Guimarães Rosa (doravante JGR) retrabalha a discussão sociológica e histórica que, elaborada no âmbito do pensamento brasileiro do século XX, deu formação a toda uma geração de intelectuais do seu tempo e do seu porte. Dessa forma, pôde-se vislumbrar um diálogo entre *Raízes do Brasil* e a narrativa “A Benfazeja”. Razão pela qual se considera que o mito da cordialidade brasileira, que perpassa todo o ensaio buarqueano, pode ser deslindado da constituição de sua poética, que parece pôr em evidência várias faces desse mito.

Em uma primeira leitura, chama a atenção em “A Benfazeja” a capacidade retórica do narrador, que sustenta uma tomada

de posição diante dos acontecimentos tentando fundar um discurso confiável, que põe em xeque o senso comum e pretende se afirmar como virtuoso, verdadeiro e capaz de formar opinião acerca dos fatos.

Nessa tentativa, o narrador assume um duplo movimento: por um lado, volta-se aos populares com expressões que retomam o ponto de vista daqueles, tais como: “não atentaram na mulher”; “acham ainda que não valia a pena?”; “você todos nunca suspeitaram”; “e nem desconfiaram”; “lembrem-se bem, façam um esforço”. Por outro lado, volta-se também ao leitor, a quem tenta convencer com um discurso radical, qual seja: a descriminalização da mulher que assassinara o marido e o enteado, advogando a favor da protagonista à revelia de um Estado capaz de fazer recair sobre ela a lei que o sustenta.

Ademais, ao voltar-se para a sua “plateia”, o narrador, assim como outrora fizera o “orador” a que Aristóteles se refere em *Retórica*, utiliza-se também da estratégia de suscitar paixões sobre os acontecimentos, tais como: a compaixão pela protagonista, o reforço ao ódio sentido pelos populares por Mumbungo e Retrupé e a culpa da plateia pelo julgamento precipitado.

Aos olhos do narrador, temos uma “Benfazeja” que parece ter praticado uma benesse coletiva por livrar o vilarejo de onde provém da pestilência de seu enteado Retrupé e de seu

Marido Mumbungo, o que permitiria um emparelhamento dessa personagem a outros como Riobaldo, Joca Ramiro, Liojorge e Soropita, que guerrearam contra facínoras perigosíssimos. Afinal, Mumbungo era um assassino confesso e Retrupé um potencial sucessor de seu pai, capaz das mesmas ou piores iniquidades: “homem maligno, com cara de matador de gente”.

É notório que o banimento de Retrupé e Mumbungo rompe naquela comunidade com o círculo de perversidade por eles sustentado. Não obstante, há de se considerar que o assassinato de ambos pela protagonista não é a solução final ideal, tal qual insinua o narrador. Se, por um lado, o narrador encara os feitos como uma benesse, a população local criminaliza a personagem, diabolizando-a, tomando-a por uma “abominada”, “malandraja”, “malacafar”, “suja de si”, “misericordiada”, integrante de um círculo familiar sinistro.¹³ Os populares arquitetam sobre a protagonista um discurso de ódio, como sintetiza o narrador: “você odeiam-na, destarte”.

Para desconstruir esse sentimento e o discurso de ódio, o narrador tende a descrever os fatos de modo a pôr em evidência a injustiça do julgamento precipitado sobre a personagem, suscitando na plateia o sentimento de culpa: para os populares, Marmela não possuía motivos fortes para matar o marido, pois que Mumbungo “vivia bem com a mulher” e “ela precisava dele como os pobres precisam uns dos outros”. Mas

o narrador introduz a dúvida: “por que, então, o matou?”, “você nunca pensaram nisso, e culpam-na”. O narrador também especula a ideia: “a mulher tinha de matar, tinha de cumprir por suas mãos o necessário bem de todos, só ela mesma poderia ser a executora – da obra altíssima, que todos nem ousavam conceber, mas que, em seus escondidos corações, imploravam”.¹⁴

Os populares acreditam também que Marmela praticara tremenda injustiça por matar o enteado cego. Contudo, o narrador põe às mostras “o reino de orgulho”, a “maligna índole, o poder de mandar, que estarrece” próprio a Retrupé. Não se permitindo guiar, “o cego Retrupé avança, fingindo-se de seguro, não dá à Mula-Marmela a ponta do bordão para segurar, ela o guia apenas com sua dianteira presença”. Diante de tais fatos, o narrador interroga uma vez mais: “dizem-na maldita: será; é?”.

Os populares também não parecem perceber que a cegueira de Retrupé não se trata de uma doença natural, mas da precaução de Marmela em torná-lo cego, usando-se provavelmente de “leites e pós, de plantas” para evitar que ele cometesse maiores iniquidades tais e quais ele praticara quando enxergava dos dois olhos, podendo “escolher as vítimas mais fáceis, mais frescas”. Diante das evidências, o narrador reflete: “e você ainda podem culpar esta mulher, a Marmela, julgá-la, achá-la vituperável? Deixem-na, se não a entendem, nem a ele”.¹⁵

13. ROSA. *Ficção completa*, p. 475.

14. ROSA. *Ficção completa*, p. 477.

15. ROSA. *Ficção completa*, p. 478.

16. ARISTÓTELES. *Retórica*, 1377b.21.

Aristóteles já alertava que “a retórica tem por objetivo formar um juízo”,¹⁶ ou em outros termos, o orador instiga a faculdade de julgar, sendo, por meio da retórica, capaz de persuadir os ouvintes. Ao utilizar-se da estratégia da retórica, em uma argumentação provável (*logos*), o orador, aqui entendido como o narrador da história, na percepção de Aristóteles, suscita nos ouvintes, neste caso nos leitores, toda sorte de paixões, isto é, um discurso repleto de “todos aqueles sentimentos que, causando mudança nas pessoas, fazem variar seus julgamentos”,¹⁷ tais como: a ira, a calma, o amor, a amizade, a inimizade, a culpa, o ódio, a compaixão e a indignação.

Neste ponto podemos perceber a inextrincável relação entre os personagens rosianos, o ambiente agrário do sertão enfrentando suas primeiras tensões para a constituição do espaço urbano capaz de produzir suas formas próprias de organização civil e penal, à revelia do Estado de Lei e os afetos espontâneos que subjazem ao vínculo desses personagens com esse meio.

Para Aristóteles, os homens virtuosos são aqueles capazes de harmonizar a razão e as paixões e possuem um caráter elevado. Em um plano coletivo, esses indivíduos contribuem para a solidificação do ambiente urbano: a *politeia*, a *polis* aristotélica, o Estado ideal cuja finalidade é a liberdade humana que se fundamenta em um regime político onde a felicidade e a justiça serão, efetivamente, bens comuns.

17. ARISTÓTELES. *Retórica das paixões*, 1378a.19.

Em “A Benfazeja” não temos a representação de homens virtuosos, uma vez que não conseguem equacionar razão e paixão. Os homens ali representados não cultivam as paixões capazes de contribuir para a solidificação de um espaço harmonioso em que o imperativo seja o bem coletivo. Obviamente, não é a *politeia* o espaço que encontramos em “A Benfazeja” e sim um “lugarejo” dentro do sertão rosiano, um nascente povoado em que podemos ver de forma muito clara os conflitos latentes na formação de um espaço urbano. Um lugar em que as forças estatais se anulam pela incapacidade de se fazerem valer.

Nesse espaço, as facções se organizam em um sistema de jagunçagem, um universo que não remete em instante algum à *polis* ideal, razão pela qual podemos perceber que os homens que o habitam, longe de ter em vista o bem comum e a continência de suas paixões, deixam-se dominar por todas aquelas capazes de aviltar seu caráter e impetram, em decorrência, toda sorte de perversidades, estraçalhando as tentativas de fundação de um espaço urbano por toda sorte de rivalidades. Willi Bolle em seu magistral ensaio “Brasil Jagunço: retórica e poética”, refletindo sobre o banditismo na história do Brasil e sobre a representação rosiana em *Grande Sertão: veredas* de uma “história de bandos de jagunços que, por volta de 1900, organizam o crime e exercem o poder no planalto central do País”, já afirmara que:

Com efeito, o “sistema jagunço” é uma grande metáfora para designar o complexo de violência e miséria, a história dos sofrimentos do povo, a falta de justiça e de diálogo social – em suma, “esse velho regime de desmandos” que bloqueia o processo democrático e a emancipação do país. Longe de narrar uma história de antigamente, o romancista, que “se lembra das coisas, antes delas acontecerem”, desenhou visionariamente o quadro de uma sociedade – a nossa – que se criminaliza à medida que avança no caminho da modernidade.¹⁸

Bolle segue afirmando que o sistema jagunço que se instaurou no planalto central não se trata de um poder paralelo, mas a verdadeira representação do poder praticado no Brasil por volta de 1900, o que o faz considerar o romance rosiano como um retrato alegórico do país. Demonstra ainda que, já à época da construção da capital, Brasília, era através do banditismo que o poder se corporificava, razão pela qual afirma que o romance “focaliza a persistência de estruturas arcaicas sob a fachada moderna, uma situação que se perpetua até os dias atuais”, e assim considera o romance rosiano “o mais exato e o mais lúcido retrato do Brasil”.¹⁹

Assim como Bolle, acreditamos ser possível considerar a narrativa “A Benfazeja” um retrato deste país. “A Benfazeja” guarda uma semelhança parental com muitas narrativas de João Guimarães Rosa, uma vez que tematiza questões de relações de poder e põe em perspectiva a incapacidade das forças

do Estado e da Justiça em se estenderem pelo interior do país, demonstrando como a falta de um Estado forte nesse espaço permite o estabelecimento de organizações que desconsideram os valores da justiça instituída oficialmente e das leis estatais e resolvem os conflitos interpessoais baseados em um código de honra apócrifo e ilegítimo.

De modo particular, “A Benfazeja” evidencia a descaracterização recorrente na poética rosiana dos parâmetros de representação da família patriarcal ideal no universo agrário do sertão onde se vê a fundação dos primeiros povoados. Essa descaracterização advém da perda de poder das famílias patriarcais no insurgente espaço urbano e a decadência de seu arcabouço moral. E, como toda perda de poder gera conflitos de todas as ordens no ambiente social, discursos e atitudes passionais, podemos perceber que a narrativa rosiana aqui em análise muito se presta a representar o ruir dos fundamentos patriarcais.

Gilberto Freyre nos livros *Casa Grande e Senzala*, originalmente publicado em 1933, e *Sobrados e Mocambos*, originalmente publicado em 1936, cunhou o conceito de família patriarcal, que, conforme a pesquisadora Cynthia Sarti foi concebido pelo sociólogo da seguinte maneira: “ambientada na casa grande (e na senzala), correspondia a um sistema social, econômico e político, sustentado, em cada um de seus aspectos, respectivamente pela escravidão, pelo latifúndio e

18. BOLLE. O Brasil jagunço: retórica e poética, p. 144.

19. BOLLE. O Brasil jagunço: retórica e poética, p. 145.

20. SARTI. Família Patriarcal entre os pobres urbanos?, p. 38.

21. SARTI. Família Patriarcal entre os pobres urbanos?, p. 38.

pelo patriarcado rural”.²⁰ Na segunda obra, conforme Sarti, há um enfoque sobre a decadência da família patriarcal em virtude da “emergência de um Brasil que se urbaniza, criando um novo elemento no sistema de relações sociais: a rua”.²¹

Logo, é abordada na obra a oposição entre a casa e a rua, reforçando que, embora opostas, há sempre o predomínio da primeira sobre a segunda, do mesmo modo que, entre a vida privada e a vida pública, há sempre a invasão da primeira sobre a segunda, uma vez que a vida pública será sempre mediada pela família patriarcal. O que levou a compreender já no século XIX, quando da urbanização do país, que “as praças e os jardins” seriam lugares reservados aos homens, ao passo que “a mulher e o menino” conservar-se-iam “dentro de casa, ou no fundo do sítio, quando muito na varanda, no postigo, no palanque do muro”, para que não viessem a ser confundidos com “moleque de rua” e “mulher pública”.²²

22. SARTI. Família Patriarcal entre os pobres urbanos?, p. 38.

A autora considera ainda que o tema foi desenvolvido extensivamente em *Raízes do Brasil*, haja vista que para SBH “as relações que se criam na esfera doméstica, no núcleo familiar” “forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós”,²³ já que para o autor “permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”.²⁴

23. SARTI. Família Patriarcal entre os pobres urbanos?, p. 38.

24. HOLANDA *apud* SARTI. Família Patriarcal entre os pobres urbanos?, p. 38.

A autora segue argumentando que esse paradigma de organização familiar no Brasil foi bastante problematizado nas

investigações sociológicas por nomes como Roberto da Matta e Ovídio Abreu. Para a pesquisadora,

se seu peso foi contrabalançado pelo desenvolvimento de instituições políticas e sociais, ela não deixou de existir como modelo de autoridade. A família patriarcal, baseada no princípio da autoridade do homem sobre a mulher e dos mais velhos sobre os mais novos, é parte integrante das representações sobre a família também entre os pobres urbanos, pelo menos em bairros da periferia das grandes cidades.²⁵

25. SARTI. Família Patriarcal entre os pobres urbanos?, p. 39.

Citando Roberto da Matta, a autora afirma que Da Matta, a partir da leitura de Gilberto Freyre e de Antônio Cândido, destaca “a importância do entendimento sociológico da diversidade, ancorada ou referida à ‘família patriarcal’”: “aquela capaz de manter agregados, realizando a ponte entre o mundo político e o universo privado, e agir como um grupo corporado (como uma pessoa jurídica indivisível), apesar de todas as duas diferenças internas”.²⁶ Conforme a pesquisadora:

26. DA MATTA *apud* SARTI. Família Patriarcal entre os pobres urbanos?, p. 39.

Para Freyre, a família patriarcal foi o principal elemento sociológico de unidade brasileira. Quando diz família patriarcal, refere-se ao “complexo” ou “sistema patriarcal” “de família, de economia, de organização social, a forma patriarcal de habitação – a casa-grande completada simbolicamente pela senzala, o sobrado em oposição extremada ao mocambo, à palhoça ou

ao rancho – e na forma patriarcal de devoção religiosa, de assistência social e de ação política” (1951, p. 64). Se define [sic] o elemento sociológico dominante, isso não significa necessariamente que negue a variabilidade interna das relações sociais.²⁷

27. SARTI. Família Patriarcal entre os pobres urbanos?, p. 39.

Razão seja dada à pesquisadora, sobretudo quando propõe que a família patriarcal é “o principal elemento sociológico de unidade brasileira”. Mais adiante em seu texto a autora afirmará também que a família patriarcal é o “modelo ideológico na análise das relações internas à família” e que “a diversidade de formas de organização familiar não significa que o modelo dominante não tenha força como paradigma social que se impõe para toda a população”.²⁸ A narrativa rosiana parece comprovar a hipótese levantada por Sarti, para quem a família patriarcal “existe enquanto representação e enquanto norma, para ordenar o que não poderia ser ordenado de outra maneira”, é um “modelo de autoridade moral”.²⁹

28. SARTI. Família Patriarcal entre os pobres urbanos?, p. 40.

29. SARTI. Família Patriarcal entre os pobres urbanos?, p. 40.

SBH revela que o homem cordial é incapaz de se relacionar proficuamente com uma sociedade organizada fora dos parâmetros das relações primárias, como a família e dentro dos parâmetros de uma sociedade urbana, uma vez que esta exige o cumprimento de regras e rituais completamente diferentes daqueles relacionados à constituição do universo familiar a que está afeito. Isso se dá em virtude de que “no Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo ideal, canônico, de família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização [...] ia

acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje”.³⁰ Conforme Cândido, “formado nos quadros da estrutura familiar, o brasileiro recebeu o peso das ‘relações de simpatia’, que dificultam a incorporação normal a outros agrupamentos”.³¹

30. HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 159.

31. CANDIDO. Prefácio, p. 245.

Cândido argumenta ainda que a mesma dificuldade é sentida pelo homem cordial em reconhecer os parâmetros sobre os quais se institui o Estado de direitos que necessita obrigatoriamente de uma impessoalidade para se fundamentar como tal, bem como fixar-se como instância de domínio público. O autor esclarece ainda que o homem cordial “não acha agradáveis as relações impessoais, características do Estado, procurando reduzi-las ao padrão pessoal e afetivo. Onde pesa a família, sobretudo em seu molde tradicional, dificilmente se forma a sociedade urbana de tipo moderno”.³²

32. CANDIDO. Prefácio, p. 245.

Em “A Benfazeja”, o núcleo familiar expõe suas perversidades soterrando o personagem masculino, relegando-o ao banimento, anulando a sua dominação sobre o gênero feminino e descaracterizando de forma radical o papel idealizado da mulher. A Benfazeja, Mumbungo e Retrupé formam a imagem daquilo que nunca poderia consistir numa família, nos moldes do patriarcado: não há hierarquia, não há valores, não existe uma honra por zelar junto à comunidade de onde provém, o elemento masculino não exerce poder algum, nem privado, nem público, e o senso de justiça é absolutamente

nulo ou, quando muito, invertido, haja vista que quem o exerce com alguma ponderação, mas à revelia dos parâmetros ideais, é a mulher odiada e escarnecida pela comunidade.

Por tais razões, “A Benfazeja” bem poderia ter vindo à luz como “A Benfazeja?”, dados os questionamentos levantados no decorrer do conto acerca da constituição do caráter da personagem dentro da narrativa. Note-se que essa condição por si já a coloca como uma personagem muito fora de lugar. A construção da narrativa rosiana em torno de uma mulher com as características que lhe foram outorgadas não se trata de algo comum.

A protagonista de “A Benfazeja” é uma personagem muito representativa do que temos concebido como uma poética da cordialidade nas narrativas rosianas, sobretudo por trazer em sua composição os traços de uma ambivalência que a torna uma inclassificável entre a visão que nos oferece os populares do conto, que demonizam-na, e a visão do narrador, que a purifica do escárnio que lhe é atribuído pelo assassinato do marido e do enteado, ocupando um entrelugar estabelecido ao sabor da elaboração do conceito de cordialidade por SBH em *Raízes do Brasil*, haja vista que o autor afirma:

[...] também não creio muito na tal bondade fundamental dos brasileiros. Não pretendo que sejamos melhores, ou piores, do que outros povos. [...] a própria cordialidade não me parece

virtude definitiva e cabal que tenha de prevalecer independentemente das circunstâncias mutáveis de nossa existência.³³

Aos olhos da comunidade de onde é originária, a personagem é descrita com as características de rebelde, selvagem, pecadora, louca e má. Certamente tais atribuições lhe são desferidas em virtude do estigma de que é vítima socialmente por fugir ao padrão ideal de mulher em sua comunidade do interior do sertão. Esse argumento bem pode ser corroborado se considerarmos a boa fama de que gozavam diversos matadores no sertão, tão habilmente representados nas narrativas de JGR.

Ora, no cenário do sistema patriarcal do qual a personagem é originária, sob a égide de um patriarcalismo que exclui a subjetividade feminina, não é preciso necessariamente matar marido ou enteado para ser posta à margem da sociedade. Nesse cenário, se a mulher não se encaixar no perfil de esposa, mãe, dona de casa dócil e ociosa será imediatamente execrada.

A poética de JGR recorrentemente centraliza homens jagunços, isto é, homens que, agindo ao sabor de suas paixões, recorrentemente as mais perversas, e à revelia da lei do Estado, desestabilizaram a ordem e o poder no universo sertanejo, fundando um sistema de dominação e poder paralelo ao governamental. Parece-nos que a protagonista também

33. HOLANDA. *Raízes do Brasil*, p. 396.

está nessa poética fora do lugar em virtude não apenas de seu gênero, mas de não se tratar de um exemplar da jagunçagem, a exemplo de Diadorim. Não obstante, as relações de poder implicadas na tessitura do conto parecem justificar a construção da personagem sob a assinatura de João Guimarães Rosa.

Em “A Benfazeja” é evidente a resistência de Mula-Marmela, de Mumbungo e Retrupé às normas sociais explícitas e implícitas, tais como o respeito aos valores da convivência pacífica, a gratidão, a honestidade, a caridade, a lealdade, os valores da família, o respeito à dignidade. A narrativa apresenta a incapacidade desses personagens em submeterem-se a padrões externos de conduta e, uma vez que suas ações são eivadas de agressividade, intimidação e crueldade, há uma incompatibilidade da ação dos personagens, do discurso do narrador e dos populares com a noção de Estado, haja vista que tendem a preferir resolver desentendimentos pelas próprias forças e sem considerar o Estado de Lei, vivendo como indivíduos para quem o Estado não existe, incapazes de agir em conformidade com o domínio de disposições universais e impessoais. Não conseguem deslocar o centro de decisões de contato pessoal para instâncias públicas. Essa dificuldade de acionar as instâncias públicas, tais como a organização policial, a organização estatal e a organização jurídica, são como todas as demais características citadas acima muito peculiares ao modo de vida dos brasileiros ainda hoje e definem sobremaneira nossas relações sociais.

Assim, através da leitura dessa narrativa é possível perceber que, para o homem cordial, atingir a civilidade é humanizar seus impulsos através da racionalidade que o permita desejar o estabelecimento de um convívio harmonizador na sociedade de que é originário. Parece-nos que “A Benfazeja”, uma vez que põe à mostra uma gama das paixões humanas, contribui para lançar luzes sobre o universo real que sedimenta a escrita acerca do sertão.

Embora não estejamos diante da *politeia* aristotélica, que não se confunde com nenhum outro regime de governo real, nem moderno, nem antigo, servimo-nos aqui das reflexões do filósofo acerca das paixões para a análise das narrativas rosianas, afinal, ainda que a sociedade tenha mudado a expressão dos afetos, considerando-se a distância temporal que há entre Aristóteles e JGR, parece-nos que ainda hoje a retórica continua sendo uma forma de suscitar as paixões. Acreditamos ser possível estabelecer a mediação entre o pensamento aristotélico e as narrativas rosianas entendendo o discurso poético de narradores e personagens como práticas retóricas, pois, ao tentar persuadir seus leitores, esses se valem de procedimentos similares àqueles empregados pelos oradores a que Aristóteles se refere.

É através da retórica empregada em “A Benfazeja” que podemos verificar a resposta de Rosa à questão que paira sobre *Raízes do Brasil*: como passar da cordialidade à civilidade? A

narrativa evidencia que só é possível passar de uma a outra superando as paixões arrebatadoras, os instintos espontâneos e comungando daquelas paixões que levam o ser humano à tolerância e à concórdia.

Ao superar atitudes cordiais, daríamos o primeiro passo para a superação do universo agrário e retrógrado, criando uma possibilidade para passarmos à modernidade, como sonhou SBH, e fundarmos um espaço urbano que, se não se assemelhará à *politeia* aristotélica, será ao menos habitável e suportável e tenha bem estabelecido o Estado de Direito. Há muitos obstáculos para essa transição no âmbito das relações interpessoais representadas no sertão rosiano.

Razão seja dada a Rosenfield, para quem Rosa é não apenas um homem das letras, mas um intérprete do Brasil, uma vez que se atém à abordagem dos “afetos espontâneos ligados ao mundo agrário, a um modo de vida, social e familiar, que repousa sobre a terra”³⁴ e é capaz de revelar em suas narrativas “alicerces históricos brasileiros da sensibilidade e do imaginário que o desenvolvimento político, social e econômico tinha abalado e soterrado”.³⁵

Nessa perspectiva, as vozes entrelaçadas em “A Benfazeja” permitem-nos pensar em uma poética da cordialidade em narrativas rosianas, na medida em que representam essa relação intrínseca entre universo agrário, a fundação dos primeiros povoados e a expressão de afetos espontâneos, permitindo

contribuir para elucidar aspectos ainda não plenamente abordados a respeito do conceito de homem cordial, uma vez que JGR, ao construir seus personagens como “figuras plausíveis de seriedade, da sinceridade”,³⁶ parece nos oferecer uma projeção das várias faces do enigmático e controverso homem cordial.

O leitor, ao ter diante de si o posicionamento do narrador e o posicionamento dos populares do conto sobre os fatos arrolados na narrativa, bem como, ao ter diante de si o esforço de formar um juízo observável no discurso do narrador, menos que instaurar a sua capacidade de julgamento, instaura uma impossibilidade de julgamento definitivo e único, isto é, as questões levantadas pelo narrador não se fecham, e o leitor mais atento na proporção mesma em que imerge no universo narrativo e no espaço conflituoso da narrativa vê confundida a sua capacidade de julgar diante de um sistema de valores em que as virtudes imiscuem-se aos vícios e às normas sociais aos regulamentos de homens fora da lei.

Contudo, longe de se poder ver nisso uma falha discursiva de JGR, é possível aí ver uma oportunidade para que uma narrativa permita virem à tona os dois lados da mesma história. Logo, a baixa confiabilidade do discurso do narrador posta ao lado da voz popular redime “A Benfazeja” de um fechamento ideológico, já que, ao contrário de muitas narrativas em que temos um narrador tendencioso, não apenas as convicções do narrador vêm à tona.

34. ROSENFELD. O “Estrangeiro interno” de João Guimarães Rosa, p. 21.

35. ROSENFELD. O “Estrangeiro interno” de João Guimarães Rosa, p. 22.

36. ROSENFELD. O “Estrangeiro interno” de João Guimarães Rosa, p. 24.

Essa dualidade de perspectiva estruturada pelo autor confere ao leitor a possibilidade de ir além daquilo que lhes é proposto tanto de um lado como de outro, a fim de escolher entre os dois lados da história um entrelugar para refletir sobre as proposições que tem diante de si. Esse entrelugar é de fato o espaço aberto pelo autor para a reflexão do leitor e pode também ser entendido como fruto do esforço retórico observável na construção da narrativa, um esforço que contribui para que o leitor possa refletir sobre as emoções e as paixões que afetam os seres humanos.

3- A BENFAZEJA: UMA PISCADELA PARA O BRASIL

Para o pesquisador rosiano, nestes dias de intensa crise social e política experimentados no país, é tentador e até natural associar às narrativas do autor as discussões que emergem acerca das relações de poder. Afinal, são discussões dessa natureza que subjazem à maioria, senão todas, as narrativas de JGR sobre o sertão. Não sem razão, lembramo-nos aqui da narrativa “A Benfazeja”, integrante do livro de contos *Primeiras Estórias*, coletânea em que, assim como no Brasil dos dias hodiernos, há sempre uma “violência eminente”, como bem lembrou José Miguel Wisnik.³⁷

Não é difícil perceber como o discurso de ódio de que “A Benfazeja” é alvo vige ainda hoje na sociedade brasileira, sobretudo em relação àquelas mulheres que recusam viver sob

um modelo ideal. A misoginia está em toda parte, em todas as classes, em todas as esferas, vigente sobre as falsas cordialidades. Na referida narrativa, é flagrante a disseminação do ódio à personagem central no âmbito do povoado em que vivia. Esse ódio leva a uma cegueira coletiva que faz com que o cidadão comum, tal qual nos descreve o narrador, negue à Benfazeja a sua subjetividade, tornando-a um inimigo potencial.

Não estamos defendendo que Guimarães Rosa propositalmente inseriu em “A Benfazeja” tal discussão de gênero que descrevemos aqui, afirmação que seria absolutamente infundada. Conforme Bakhtin “o autor é um prisioneiro de sua época, de sua atualidade. Os tempos posteriores o libertam dessa prisão, e os estudos literários têm a incumbência de ajudá-lo nessa libertação”.³⁸ Bakhtin considera que as grandes obras literárias são eivadas de “tesouros de sentido” e “no processo de sua vida *post mortem* elas se enriquecem com novos significados, novos sentidos; é como se essas obras superassem o que foram na época de sua criação”.³⁹ A exemplo do que ocorreu com Shakespeare, Bakhtin afirma que “ele cresceu à custa daquilo que realmente houve e há em suas obras, mas que ele nem os seus contemporâneos foram capazes de perceber conscientemente e avaliar no contexto da cultura de sua época”.⁴⁰

Nessa perspectiva, tomamos a liberdade de encontrar em “A Benfazeja” um significado novo em que é possível ver os

37. WISNIK. *O famigerado*.

38. BAKHTIN. *Estética da Criação Verbal*, p. 364.

39. BAKHTIN. *Estética da Criação Verbal*, p. 363.

40. BAKHTIN. *Estética da Criação Verbal*, p. 363.

conflitos de transposição de um Brasil agrário, jagunço, retrógrado, paternalista para um nascente cenário urbano, democrático, republicano em que se fundou um Estado de Lei. É nessa perspectiva que enxergamos a disseminação do ódio e da cegueira, características específicas de regimes de poder autoritário e paternalista tais quais aquele instituído no sertão.

Nesse sentido, o ódio de que é vítima a personagem central epitoma de forma flagrante o ódio velado ou mesmo disseminado contra o gênero feminino no patriarcado agrário que insiste ainda hoje em invadir o espaço urbano de tal maneira que a afirmação inicial do narrador: “não atentaram na mulher, nem fosse possível”. Afinal, “vive-se perto demais, num lugarejo, às sombras frouxas”⁴¹ parece-nos se projetar para além do texto narrativo escrito por Rosa em 1962 e constitui uma metáfora acerca da condição social da mulher no Brasil. À propósito, desde muito antes de 1962, desde o início da história brasileira não faltam dados que comprovem o terror, as perseguições, as agressões psicológicas, verbais e físicas realizadas das mais diversas formas contra a mulher, bem como a prática do feminicídio: exemplo mais bem-acabado da cultura patriarcal no que diz respeito às questões de gênero. Temos representado em “A Benfazeja” um cenário atualíssimo, mas também histórico, em que a mulher no Brasil é privada de um julgamento justo, da igualdade, da liberdade de exercer seus direitos fundamentais.

41. ROSA. *Ficção completa*, p. 475.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Tradução, introdução e notas de Ísis Borges Belchior da Fonseca. Prefácio de Michel Meyer. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BÍBLIA SAGRADA. N.T. Marcos. In: **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.
- BOLLE, Willi. O Brasil jagunço: retórica e poética. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 44, feb. 2007, p. 141-158. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34566>>. Acesso em: 12 dez. 2017
- CANDIDO. Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COUTO, Ribeiro. Carta a Alfonso Reyes. **Revista do Brasil**, n. 6, 1987, p. 30-31.
- DECCA, Edgar Salvadori de. Ensaio de nacionalidade: cordialidade, cidadania e desterro na obra de Sérgio Buarque de Holanda. **Locus: revista de história**. Juiz de Fora, v. 12, n. 1, 2006, p. 145-159.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/carloshgn/files/-1/20292/GrandeSertoVeredasGuimaresRosa.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

ROSA, João Guimarães. **Ficção completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ROSENFELD, Kathrin Holzermay. O “Estrangeiro interno” de João Guimarães Rosa. In: HOLANDA, S.A. de O. (Org.). **Imagens, arquivo e ficção em Guimarães Rosa**. Curitiba: CRV, 2011.

ROSENFELD, Kathrin Holzermay. **Desenveredando Rosa**: a obra de J. G. Rosa e outros ensaios rosianos. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

SARTI, Cynthia A. Família Patriarcal entre os pobres urbanos? **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 82, ago. 1992, p. 37-41.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil**: uma biografia, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WEGNER, Robert. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Edição comemorativa 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 335-36.

WISNIK, José Miguel. O famigerado. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, 2002, p. 177-198.